

No “espelho da consciência”, o reflexo do “combate apaixonado pela causa da civilização”: pensamento educacional sobre raça no início do século XX

The Educational Thought of a Black Brazilian Teacher on Race in the 20th Century

El pensamiento educativo sobre raza en Brasil del siglo XX

Jonatas Roque Ribeiro¹

DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v31i71.2076>

Resumo: Este artigo analisa o pensamento educacional do professor José Eutrópio (1887-1929) a partir de sua atuação no magistério, especialmente por meio do ofício de inspetor escolar, exercido no início do século XX, em Juiz de Fora e em outras cidades de Minas Gerais. Destaca-se como, a partir de determinadas inclinações político-ideológicas forjadas no magistério enquanto espaço de produção intelectual, a imagem pública construída por José Eutrópio assumiu diferentes compromissos e posições ao longo do tempo. Um dos temas presentes em sua agenda como intelectual-educador foi a questão racial. A escola e seus processos de escolarização, nas primeiras décadas do século XX, foram algumas das lentes por meio das quais ele examinou e debateu o fenômeno da desigualdade racial vigente na sociedade brasileira. Metodologicamente, o estudo se apoia em fontes como escritos necrológicos, textos memorialísticos e a própria produção de José Eutrópio (crônicas, artigos de opinião e crítica), divulgada por meio da imprensa.

Palavras-chave: escolarização; história do racismo; pensamento educacional.

Abstract: This article analyzes the educational thought of Professor José Eutrópio (1887-1929), focusing on his work in education, particularly through his role as a School Inspector in early 20th-century Brazil. It highlights how certain political and ideological inclinations, shaped within the teaching profession as a space of intellectual production, influenced the public image constructed by José Eutrópio, which took on different commitments and positions over time. One of the themes present in his agenda as an intellectual-educator was the issue of race. The school and its processes of schooling, during the early decades of the 20th century, served as some of the lenses through which he examined and debated the phenomenon of racial inequality in Brazilian society. Methodologically, the study draws on sources such as obituaries, memoir texts, and Eutrópio's own writings (chronicles, opinion pieces, and critical essays), published in the press.

Keywords: schooling; racism history; educational thought.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil.

Resumen: Este artículo analiza el pensamiento educativo del profesor José Eutrópio (1887-1929) a partir de su actuación en el ámbito educativo, especialmente mediante su labor como inspector escolar en Brasil a comienzos del siglo XX. Se destaca cómo ciertas inclinaciones político-ideológicas, forjadas en el magisterio como espacio de producción intelectual, influyeron en la imagen pública construida por José Eutrópio, la cual asumió distintos compromisos y posiciones a lo largo del tiempo. Uno de los temas presentes en su agenda, como intelectual y educador, fue la cuestión racial. La escuela y sus procesos de escolarización, en las primeras décadas del siglo XX, constituyeron algunas de las lentes a través de las cuales se examinó y se debatió el fenómeno de la desigualdad racial vigente en la sociedad brasileña. Metodológicamente, el estudio se apoya en fuentes como escritos necrológicos, textos memorialísticos y la propia producción de José Eutrópio (crónicas, artículos de opinión y crítica), difundida a través de la prensa.

Palabras clave: escolarización; historia del racismo; pensamiento educativo.

1 INTRODUÇÃO

No início de 1929, o professor José Eutrópio, doente e afastado da vida social, escreveu um dos seus últimos textos na imprensa. Sempre discreto em relação à vida pessoal, deixou-se aparecer nessa narrativa flagrantemente autobiográfica, ainda que assinada sob o pseudônimo “O bom mestre”. Publicado com o título “Não há pressa...”, no *Correio de Minas* — jornal no qual atuou como revisor técnico, repórter, cronista, editor-chefe e colaborador (nessa ordem), desde 1915, quando fixou residência em Juiz de Fora, vindo de Muriaé, sua cidade natal, ambas em Minas Gerais —, o texto, narrado em primeira pessoa, discorreu sobre família, amigos, sonhos e expectativas, mas também sobre mágoas e tristezas. Em um dos trechos, afirmou-se que “quando um homem ganha da vida algumas rugas e cabelos esbranquiçados no corpo e na alma, mira-se ao espelho da consciência e se redime: *quantum mutatus ab illo!*” (O bom mestre, 1929, p. 1). A expressão em latim “como mudei daquele que fui!” revelava um olhar retrospectivo sobre a vida; ao mesmo tempo, a metáfora do “espelho da consciência” refletia tanto a hesitação quanto os caminhos já trilhados, quanto a incerteza diante do futuro. Nesse exercício de ver e rever a si mesmo, José Eutrópio deixou um raro registro do processo subjetivo de constituição de sua intelectualidade.

Em pesquisas recentes, tenho investigado a biografia de José Eutrópio, sempre tomando como objeto de análise a sua multifacetada trajetória intelectual (Ribeiro, 2026). Neste artigo, examino a construção de um aspecto dessa intelectualidade a partir de sua atuação no magistério, especialmente por meio do ofício de inspetor escolar, exercido entre 1915 e 1925. Como veremos mais

adiante, José Eutrópio interpretou o magistério como um lugar fundamental na formação de sua imagem pública e de sua intervenção política na sociedade. A partir dessa posição, ele se esforçou para conceber um pensamento educacional original, bem como para demarcar alguma legitimidade enquanto intelectual respeitável. Pretendo, assim, analisar como, a partir de determinadas inclinações político-ideológicas forjadas no magistério enquanto espaço de intelectualidade, a imagem pública de (e criada por) José Eutrópio assumiu diferentes compromissos e posições ao longo do tempo.

Para tanto, em termos metodológicos, investigo necrológicos e textos memorialísticos escritos por amigos de José Eutrópio, bem como a sua própria produção (crônicas, artigos de opinião e de crítica), divulgados por meio da imprensa. Considerando que este artigo é parte de um estudo biográfico mais amplo, diversos aspectos da vida de José Eutrópio aparecem como cenário e contexto, ainda que escapem do recorte temporal adotado. Trata-se, portanto, de um exame de sua obra em seu conjunto.

O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, a partir de um diálogo teórico com algumas abordagens conceituais da história intelectual, analiso como diferentes narrativas biográficas póstumas estabeleceram uma memória sobre José Eutrópio e problematizo o papel dessas representações na construção de processos políticos de apagamento e silenciamento de sua trajetória intelectual no imaginário social. Num segundo momento, exploro a autoconstrução que José Eutrópio buscou produzir sobre sua atuação intelectual em diferentes campos, com destaque para o universo da educação. Um dos temas que se tornou, paulatinamente, presente em sua agenda como intelectual-educador foi a questão racial. A escola e seus processos de escolarização, nas primeiras décadas do século XX, foram uma das lentes por meio das quais ele examinou e debateu o fenômeno da desigualdade racial vigente na sociedade brasileira.

2 O “COMBATE APAIXONADO PELA CAUSA DA CIVILIZAÇÃO”

Na memória coletiva, José Eutrópio é lembrado principalmente como um homem das letras. Os poucos estudos sobre sua vida o definem como uma pessoa negra, de origem desconhecida e pobre, que exerceu diversos ofícios — advocacia, magistério, jornalismo e teatro de revista — mais por necessidade financeira do que por escolha, vocação ou compromisso político (Nóbrega, 1982; 1987). O

memorialista Paulino de Oliveira, por exemplo, que conheceu José Eutrópio nos anos 1920, escreveu, quase quatro décadas depois, um artigo sobre a história da imprensa em Juiz de Fora, estruturado fundamentalmente a partir de um tom autobiográfico.

Nesse texto, ele fez uma observação instigante: pouco depois de apresentar breves traços biográficos dos colaboradores que escreviam no *Correio de Minas*, afirmou que um deles foi José Eutrópio, “bacharel em Direito, crítico de arte, professor, músico e compositor, era uma cabeça preciosa num corpo frágil e desajeitado; preto, feio, perdigoteiro e manco” (Oliveira, 1966, p. 27). Não há referência, nos dicionários que circulavam no início do século XX, à expressão “perdigoteiro”. É possível que se trate de uma corruptela da palavra perdigoto, que, por sua vez, poderia remeter à perdiz ou ao faisão — aves frequentemente definidas por sua coloração acinzentada ou amarronzada (Figueiredo, 1913, p. 1523). Seja como for, o memorialista empregou o termo em sentido depreciativo, como marcador da condição racial de José Eutrópio².

Pela ótica de Paulino de Oliveira, a trajetória de José Eutrópio foi racializada por meio de um discurso de distinção. A despeito de ser pobre e negro, possuía um talento diferenciado, o que talvez explique sua trajetória “destacada”. Embora lacunar e imprecisa, a leitura de Paulino de Oliveira sobre José Eutrópio foi informada por uma ideologia da brancura que, por sua vez, moldou um ideal de homem negro intelectual. Nesse sentido, tanto uma imagem ampliada de intelectualidade quanto a noção de excepcionalidade, ou exemplaridade, para descrever o comportamento político de intelectuais negros foram projetadas a partir de uma lógica racializada. A raça — entendida como aparência física ou posicionamento/consciência política de base racial — ou mesmo a ausência de sua menção como marcador social de diferença foi amplamente utilizada como mecanismo político para justificar e validar a proeminência de determinados indivíduos negros na sociedade.

² O memorialista Dormevilly Nóbrega escreveu, na década de 1980, um folheto de 19 páginas composto por recortes de necrológios publicados na imprensa logo após a morte de José Eutrópio, ocorrida em 1929. Na apresentação da obra, citando inclusive este artigo de Paulino de Oliveira, o autor afirmou que, “de origem modestíssima, o negrinho [José Eutrópio], pela fibra, pela inteligência, pelo talento, abriu todas as nuvens para atingir o seu lugar ao sol” (Nóbrega, 1987, p. 7).

Tal operação intelectual acabou por fixar, na memória coletiva, a imagem de que a presença e, sobretudo, o reconhecimento de indivíduos negros no universo intelectual juiz-forano da primeira metade do século XX constituía uma evidência da inexistência de formas de preconceito ou discriminação racial. Isso ajuda a explicar, em parte, por que a memória construída sobre a vida de José Eutrópio encapsulou sua trajetória multifacetada em um lugar de ausência.

Em diálogo com Michel-Rolph Trouillot (2024), tenho procurado problematizar as razões pelas quais a biografia de José Eutrópio, ou, mais precisamente, aspectos de sua trajetória, passou por processos de silenciamento enquanto esteve vivo e por um exercício político de apagamento, após sua morte, promovido, em grande medida, pelos próprios círculos intelectuais nos quais ele transitou. Em estudo anterior (Ribeiro, 2026), sugeri que foi justamente a radicalidade do pensamento eutropiano, especialmente aquele voltado à questão racial, um dos possíveis fatores para a difícil inserção de suas ideias entre os contemporâneos, bem como para seu posterior esquecimento no imaginário social.

Existem, contudo, outros registros, leituras e análises históricas sobre a vida deste personagem. José Tadeu Júlio da Silva (2018), por exemplo, em um estudo relevante sobre aspectos da trajetória de José Eutrópio no campo literário, apresenta uma perspectiva analítica distinta da que tenho adotado em meus estudos, embora igualmente útil para a compreensão do tema. Em sua interpretação, o autor sustenta que foi o embranquecimento — entendido como comportamento político e hábito social — presente nos círculos intelectuais do início do século XX, imposto a (e assimilado por) José Eutrópio, que definiu (e ainda define) o lugar de sua memória no imaginário coletivo. Tais narrativas têm me permitido desenvolver uma abordagem crítica de sua biografia, além de possibilitar a historicização das formas pelas quais o racismo se manifestou (e ainda se manifesta) na produção memorialística, histórica ou historiográfica sobre a vida de indivíduos negros.

Em 1939, 10 anos após a morte de José Eutrópio, seu amigo Inimá de Oliveira publicou um necrológio na imprensa, lembrando aspectos da vida daquele com “quem [havia] priv[ado] da convivência íntima da amizade e do lar”, segundo suas próprias palavras (Oliveira, 1939, p. 2). Produzido após um intervalo temporal significativo, esse registro se apresenta como um documento valioso para a análise da trajetória intelectual de José Eutrópio. De fato, alguns estudos têm demonstrado que os necrológios contribuem para identificar e caracterizar os intelectuais, bem

como as funções sociais que lhes eram atribuídas em diferentes contextos (Witter, 1983; Andrade, 2017; Anjos, 2017). O texto de Inimá de Oliveira, considerando a distância entre o fato ocorrido e a memória narrada, revela menos o elogio fúnebre e o desejo de enaltecer a imagem do falecido — traço comum desse gênero discursivo — e mais a forma como o enunciador selecionou e organizou determinada memória, fixando uma leitura específica do passado, sem descuidar, contudo, do exercício político de lembrar e eternizar o morto.

Em seu texto, Inimá de Oliveira, que conviveu cotidianamente com José Eutrópio por pelo menos 10 anos, entre 1915 e 1925, na redação do *Correio de Minas*, discorreu sobre o perfil político e o projeto intelectual que o amigo se esforçou para construir ao longo de boa parte de sua vida. Inimá era proprietário e redator-chefe do jornal, ao lado de seu pai, Estevão de Oliveira, e de seu irmão, Atalyba de Oliveira. Nas suas palavras:

Meu querido e saudoso amigo José Eutrópio [...] foi um grande homem de letras. Perscrutando a sua vida, vemos que ele se caracterizou por uma unidade harmônica: profusão de influências exteriores e de uma permeabilidade de espírito das grandes correntes do pensamento contemporâneo, isto é, de um equilíbrio entre a individualidade própria e os diversos ambientes que atravessou (Oliveira, 1939, p. 2).

Na descrição de Inimá de Oliveira, aparecem atributos daquilo que o historiador francês Jean-François Sirinelli (1996) considerou aspectos característicos da atuação do intelectual enquanto agente coletivo, isto é, o *habitus* ligado ao seu comportamento político na sociedade, como as noções de itinerário, geração intelectual, consciência de sua época e estruturas de sociabilidade. O tributo de Inimá de Oliveira também oferece elementos que permitem visualizar a trajetória de José Eutrópio para além da concepção de intelectual como mero produtor ou divulgador de comportamentos políticos. Ele aparece, ainda, como mediador de projetos políticos e de bens simbólicos, segundo a interpretação de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016). Nas palavras de Inimá de Oliveira:

No professor exemplar e apaixonado, advogado competente, invencível jornalista, crítico literário lúcido, orador comovente e historiador abalizado estavam a mesma criatura de princípios e de qualidades. Um homem de letras e um homem político e, como ele mesmo muitas vezes disse, um líder de sua raça [...]. A imprensa foi o seu lar. Era lá que publicava suas ideias

mais marcantes, fazia suas reivindicações e pleiteava medidas para o reconhecimento daqueles que chamava de irmãos de cor (Oliveira, 1939, p. 2).

O testemunho de Inimá de Oliveira constitui um raro registro do reconhecimento de um aspecto da trajetória de José Eutrópio pouco lembrado em sua biografia pública. Em outro momento, comentei sobre a dificuldade de se fazer uma afirmação categórica quanto à forma como José Eutrópio vivenciou o complexo e sinuoso processo de construção identitária enquanto pessoa negra. Procurei, assim, compreender como a negritude pode ter sido uma condição social experienciada com diferentes graus de consciência, de maneiras diversas, sempre situada no campo dinâmico e mutável das subjetividades, identificações e identidades. Não surpreende, portanto, a ausência de temas da vida privada em sua produção intelectual, incluindo a politização de sua condição racial, nem mesmo nos textos literários de cunho mais intimista:

José Eutrópio desenvolveu uma forma de consciência racial, mas a construção de seu pensamento social e político não se restringiu a essa perspectiva, indo além de percepções identitárias ou subjetivas. Seu compromisso com uma orientação liberal, que valorizava a democracia representativa e a liberdade individual como virtudes universais, o levou a crer e defender que a cor da pele de um indivíduo não deveria ser um fator determinante para que ele vivesse plenamente como um cidadão livre e portador de direitos civis e políticos (Ribeiro, 2026, p. 4).

Esse comportamento político, por certo, não significou que José Eutrópio tenha negado ou rejeitado a condição racial como elemento diacrítico fundamental de sua produção político-intelectual, algo evidente na narrativa de seu amigo Inimá de Oliveira e em outros registros que serão analisados adiante. Por isso, no estudo de sua biografia, tenho adotado o conceito de intelectual negro como recurso teórico, conceitual e epistêmico para investigar o conjunto de sua obra intelectual e os tipos de intervenção na cena pública que ele se esforçou para construir enquanto mediador cultural. Na interpretação de Matheus Gato,

[...] para uma análise interessada em compreender a constituição de intelectuais negros, a exigência metodológica é discernir, para cada caso particular, os constrangimentos e os privilégios implicados no exercício da ‘função de intelectuais’ e, entre estes, a relevância ou não da raça (Gato, 2023, p. 188).

No caso da biografia de José Eutrópio, a narrativa de Inimá de Oliveira contou que:

O seu interesse pelo negro constituía-se numa vasta convicção sentimental e filosófica, ao mesmo tempo, doutrina e estado de alma. Foi um apaixonado por uma causa que defendeu como uma questão profundamente humana e fixou-a como guia de sua peregrinação pela terra, conservando acesa a lâmpada desse ideal até o fim. [Por conta desse] combate apaixonado pela causa da civilização, sofreu cruéis dissabores. Julgava a si mesmo com severidade excessiva e com uma imensa mágoa se queixava que os homens haviam plantado ódio nos corações (Oliveira, 1939, p. 2).

O trabalho intelectual de produtor de bens simbólicos que José Eutrópio se esforçou para construir ganha coerência quando interpretado como resultado da racialização das relações sociais vigentes nas primeiras décadas do século XX. Para Matheus Gato (2023, p. 187),

[...] em sociedades racializadas, historicamente marcadas pela escravidão e colonialismo, nas quais a circulação de capitais econômicos e simbólicos forja a existência e a hierarquia entre os grupos de cor, as práticas descritas como intelectuais e as formas de distinção social que as mesmas constituem também são valoradas em relação à ordem racial.

De fato, como já mencionado, houve um processo político consciente por parte dos pares intelectuais de José Eutrópio, no sentido de criar mecanismos de apagamento ou silenciamento de aspectos de sua biografia pública.

O próprio necrológio escrito por Inimá de Oliveira constitui uma evidência nesse sentido. Ao encerrar seu texto, ele incitou a comunidade do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG) a prestar uma homenagem à memória de José Eutrópio, que, em 1920, havia ingressado naquela sociedade científica na condição de sócio correspondente. “Amigo de coração, desde longa data”, afirmou Inimá de Oliveira,

[...] preveleço-me deste gratíssimo privilégio para pedir ao egrégio IHGMG que assinale sentimento pela morte de um de seus representantes mais genuínos, segundo preceitua o seu estatuto, fazendo-lhe o elogio da vida e da obra (Oliveira, 1939, p. 2)³.

³ O Estatuto do IHGMG, elaborado em 1914 e que vigorou sem alterações significativas por algumas décadas, definia, em seu Capítulo VIII, Artigo 62, que “aos enterros de membros do Instituto, sendo participados a tempo conveniente, irá assistir uma deputação de três membros, nomeada pelo presidente”. Já o Artigo 63 estabelecia que “na primeira sessão seguinte ao falecimento de qualquer sócio, ou à notícia dele, será lançada na ata um voto de pesar, e poderá qualquer membro presente à sessão comemorar o finado em sucintas palavras de condolências e louvor”

Para além da pretensão de “[...] fazer com que os ‘homens notáveis’ passem do domínio da morte para o da história, a qual confere aos bons que souberam destacar-se na vida uma imortalidade honrosa” (Leonzo, 1983, p. 79), o necrológio elaborado por Inimá de Oliveira também tratou das margens de autonomia, escolha e negociação que os sujeitos tinham diante dos sistemas normativos vigentes no universo intelectual juizforano e mineiro da primeira metade do século XX. A atenção à compreensão da complexidade desses comportamentos políticos oferece elementos para problematizar a dimensão social da ação política de José Eutrópio. Sua produção intelectual em torno da educação também revela uma leitura social informada por alguma dimensão racial — subjetiva ou política —, já que aquilo que ele considerava problemas educacionais foi analisado em diálogo com ideias oriundas do que então se compreendia como pensamento negro sobre a raça no início do século XX.

3 “A HIDRA DE LERNA QUE NOS CORROMPE É O MEDÍOCRE PRECONCEITO DE COR”

José Eutrópio interpretou certas correntes das teorias raciais, bem como diversas expressões de ideologias raciais que circulavam nos debates científicos e intelectuais do início do século XX, como recursos político-intelectuais para difundir seu projeto de contestação das hierarquias e desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, ele não elaborou concepções teóricas de base científica sobre raça, mas mobilizou e dialogou com as noções raciais disponíveis nas obras de intelectuais de diferentes regiões do Ocidente, que realizaram estudos histórico-sociais rejeitando a definição biológica de raça como fundamento teórico para a compreensão das relações sociais; entre eles, é possível citar, por exemplo, o historiador afro-estadunidense Carter Godwin Woodson (1875-1950).

(Estatutos..., 1914, p. 11). Nos registros sobre o falecimento de José Eutrópio, amplamente divulgados pela imprensa, não consegui localizar possíveis representações do IHGMG. O conjunto documental dos livros de atas do Instituto para o período posterior a 1927 possui informações dispersas e fragmentadas, o que também impediu uma análise mais detida sobre a existência de uma possível nota de pesar nas sessões ordinárias relativas ao falecimento de José Eutrópio, conforme indicava o estatuto. A denúncia de Inimá de Oliveira pode sugerir que tal expediente realmente não ocorreu. Para uma análise da atuação de José Eutrópio no IHGMG, conferir (Ribeiro, 2025).

Por este olhar, a centralidade da noção de raça no pensamento de José Eutrópio, em distintas fases de sua trajetória intelectual, só pode ser adequadamente compreendida quando considerada como parte de uma ampla rede de circulação transnacional de ideias de inclusão racial no início do século XX. Nesse sentido, guiado por uma argumentação ancorada na história transnacional da educação, conforme a proposição de Eugenia Roldán Vera e Eckhardt Fuchs (2021), tomei José Eutrópio como *hub*, a partir do qual busquei identificar as comunidades de referência com as quais dialogou, visualizando, assim, as redes construídas por meio do estabelecimento de interlocuções com intelectuais negros e seus pensamentos políticos.

Na interpretação de Maria Rita de Almeida Toledo e Diana Gonçalves Vidal, o conceito de *hub*, entendido como ponto de articulação e intersecção, possui uma eficácia heurística que oferece indícios para a compreensão dos modos como se configuraram determinados processos de movimentação, dispersão, fragmentação ou compartilhamento simbólico e material de ideias em diferentes cronologias e contextos históricos:

Hubs são ‘nós atrativos’, que apresentam potencial disseminador de tendências e informações, com contatos pessoais numerosos e capacidade de influência nas ligações. Podem tanto designar indivíduos, quanto grupos, corporações ou qualquer tipo de coletivo. Mas na dinâmica das redes, também, o que se considera por hub pode se apresentar apenas como um nó, no deslocamento da perspectiva de análise (Toledo; Vidal, 2024, p. 3).

No início do século XX, a imprensa foi, precisamente, um dos espaços de poder a partir dos quais puderam se constituir *hubs* — pontos de intersecção em que processos de circulação transnacional de ideias, culturas e pensamentos foram constantemente experimentados e difundidos. De fato, como mencionado anteriormente, José Eutrópio, assim como muitos outros pensadores do período, transformou a imprensa em um espaço de sociabilidade voltado à definição das regras do jogo político no campo da intelectualidade, bem como à afirmação de uma identidade política de determinada *intelligentsia*. Compreender sua obra nesse cenário exige um olhar que vá além — sem eliminar — das fronteiras do Estado nacional brasileiro, uma vez que a subjetividade e o ativismo que marcaram seu posicionamento político foram informados por um contexto transnacional de formação cultural e de consciência racial negra em circulação no início do século XX (Nascimento, 2015; Francisco, 2016; Abreu, 2017; Guimarães, 2021).

Em outro trabalho, analisei com mais atenção o modo como José Eutrópio atuou como agente na circulação transnacional de ideias, promovendo formas de diálogo e movimentos culturais que extrapolaram a posição de mero leitor de um determinado pensamento negro sobre a raça no início do século XX (Ribeiro, 2026). Neste texto, circunscrevo a discussão ao conceito de raça presente em seu pensamento educacional, forjado a partir de sua atuação no magistério, especialmente no exercício do cargo de inspetor escolar. Nesse percurso, retomei, mais uma vez, a lição de Matheus Gato sobre o conceito de intelectual negro, cuja contribuição é fundamental para compreender a forma como procuro estudar a trajetória intelectual de José Eutrópio na condição de *hub*, em um contexto marcado pela intensa criação e circulação transnacional de redes de ideias sobre inclusão racial. Segundo a interpretação do autor:

Vale a pena descrever a trajetória de um indivíduo como ‘intelectual negro’ quando a constituição de sua autoridade simbólica é marcada pelas coerções e constrangimentos sociais implicadas nos significados de cor e raça em um determinado contexto histórico. Tais coerções e constrangimentos, que não apenas se transformam historicamente como são capazes de variar nos diferentes momentos de uma mesma trajetória considerada (Gato, 2023, p. 189).

No final de 1924, prestes a completar 10 anos de atuação como inspetor escolar, José Eutrópio publicou, em sua coluna de crônicas políticas “Pela Instrução”, no *Correio de Minas*, um texto sobre o preconceito de cor nas escolas primárias mineiras⁴. Utilizando a metáfora da Hidra de Lerna — o monstro da mitologia grega com corpo de dragão e múltiplas cabeças de serpente —, José Eutrópio abordou a persistência do preconceito de cor na escola primária brasileira das primeiras décadas do século XX. Segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1999), “preconceito de cor” foi uma expressão amplamente utilizada no Brasil

4A coluna “Pela Instrução” integrou a linha editorial do *Correio de Minas* desde sua primeira fase (1894-1908). Ainda que tenha sido nomeada com outros títulos ao longo do tempo, essa seção manteve presença contínua na trajetória do impresso, geralmente dedicada a temas considerados relevantes no campo da educação, da escola e dos processos de escolarização em curso em Minas Gerais, especialmente na região de Juiz de Fora (Kappel, 2010; Almeida; Silva, 2014). Na maioria das vezes, era assinada por membros da equipe editorial, mas também incluía textos de crítica e de opinião de diversos colaboradores. Entre 1920 e meados de 1925, José Eutrópio assinou com regularidade os artigos da coluna “Pela Instrução”, embora muitos tenham sido publicados sem a indicação de autoria. Era comum que os textos fossem identificados por referências como “J. E.”, “J. Eutrópio” ou “Do nosso colaborador”.

até meados do século XX, referindo-se, de forma genérica, tanto a atitudes quanto a práticas discriminatórias, baseadas em diferentes formas de violência dirigidas a pessoas negras ou não brancas. Mais do que simples denúncias, expressões como “preconceito de cor”, “preconceito de raça” ou “ódio de cor”, e os múltiplos significados sociais que lhes foram atribuídos, constituíram um hábito político fundamental na cultura do associativismo negro desde, ao menos, o final do século XIX (Alberto, 2017).

Considerando que, no Brasil do início do século XX, existia um processo de hierarquização e dominação social baseado em critérios raciais, não é anacrônico considerar e nomear esse mecanismo social como uma forma de racismo. Trata-se aqui menos de uma concepção científica acabada e mais de um modo de convivência social historicamente construído. Ainda que, como objeto de investigação historiográfica, o racismo não se apresente de forma explícita ou simples, como já demonstraram outros estudos (Sampaio; Lima; Balaban, 2019; Santos, 2022), considero pertinente utilizar o termo para analisar a concepção de preconceito de cor empregada por José Eutrópio. Essa escolha constitui um recurso metodológico voltado à compreensão histórica do funcionamento desse hábito político e de suas dinâmicas na sociedade brasileira.

Admirador do associativismo negro e leitor assíduo de jornais da imprensa negra, José Eutrópio esteve atento às ideias políticas que circulavam nas organizações negras no início do século XX. Foi nesse contexto que produziu seu texto sobre o preconceito de cor nas escolas primárias mineiras. Nomeado em agosto de 1915 pelo governo de Minas Gerais para o cargo de inspetor escolar municipal e distrital, obteve, no início de 1918, o provimento para o cargo de inspetor técnico ambulante, funções que exerceu com regularidade, ainda que com algumas intermitências, até o final da década de 1920 (Secretaria [...], 1915, 1918, p. 5). Enquanto agentes políticos, os inspetores escolares desempenharam um papel significativo na conformação do campo educacional mineiro ao longo da Primeira República. Na interpretação de Luciano Mendes de Faria Filho:

Estabelecer uma política educacional em Minas Gerais na Primeira República não significou apenas dotar o estado das sempre aclamadas ‘atualíssimas’ leis de instrução. Significou, também, constituir todo um aparato técnico-burocrático para lidar com um serviço que, por sua vez, constituía-se cada vez mais como um posto de trabalho para um número cada vez maior de

pessoas. Ou seja, significou recrutar e empregar pessoas, criar estruturas de poder e saber e desenvolver uma verdadeira economia política da educação no âmbito do aparelho estatal (Faria Filho, 2008, p. 83).

Foi a partir desse lugar profissional-intelectual que José Eutrópio elaborou um pensamento educacional sobre desigualdades raciais na escola e em suas formas escolarizadas de educação formal. Em diálogo com Carlos Eduardo Vieira, considero que “na educação, o engajamento político representou uma característica comum dos intelectuais que se associaram ao campo, pois a educação foi e permanece sendo espaço de prática e de intervenção social” (Vieira, 2011, p. 36). Ainda, segundo o autor (2011, p. 37), “[...] nessa chave de leitura, a educação — antes de representar a transmissão da cultura ou a atividade profissional — significou um projeto político e uma razão de engajamento dos intelectuais”.

José Eutrópio encontrou nas escolas primárias — objetos de sua inspeção — um verdadeiro laboratório vivo para desenvolver sua agenda de pesquisa sobre a questão racial. Ao iniciar seu artigo sobre o preconceito de cor nas escolas primárias mineiras, sintomaticamente intitulado “A desidealização da alma infantil”, escreveu: “[...] O meu ofício [de inspetor] é, também, uma missão etnográfica: observo, convivo, estudo e qualifico a escola e o trabalho educativo que nela se executa” (Eutrópio, 1924, p. 2). O ofício da inspeção escolar foi, assim, criticamente transformado em um instrumento analítico. Mais do que os relatórios técnicos, foi a análise resultante da observação *in loco*, exigida pela própria profissão, que se converteu em forma de ensaio social e crítica política, publicada na imprensa:

Fico verdadeiramente horrorizado em saber que somos instruídos em uma longa tradição de ódios, pois, cultivamos em nosso meio uma divisão de raças. Uma das grandes infelicidades do Brasil consiste, justamente, na nossa fé nos preconceitos das raças humanas. Há, entre nós, seres rancorosos que querem contaminar a escola, essa oficina que modela almas, com todo um amálgama de paixões subalternas e preconceitos estultos. Devemos extirpar, em tempo, esse mal, a Hidra de Lerna que nos corrompe que é o medíocre preconceito de cor (Eutrópio, 1924, p. 2).

Assim como a Hidra de Lerna que, mesmo atacada, regenerava-se, matava os homens com seu hálito e, depois, devorava-os, o racismo, para José Eutrópio, era um modo de convivência social que se renovava continuamente na sociedade brasileira e, como resultado, irradiava-se na escola e em seus processos de

escolarização. Em diálogo com Luciano Mendes de Faria Filho, neste artigo, o conceito de escolarização adquire um “triplo sentido, intimamente relacionado entre si”:

Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à ‘organização’ de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião. Em outra acepção, escolarização é entendida como a produção de representações sociais que têm na escola o lócus fundamental de articulação e divulgação de seus sentidos e significados. Um terceiro sentido que pode ser dado ao termo escolarização: aquele que nos remete mais diretamente ao ato ou efeito de tornar escolar, ou seja, o processo de submetimento de pessoas, conhecimentos, sensibilidades e valores aos imperativos escolares (Faria Filho, 2008, p. 78).

Com a noção de escolarização do social, Luciano Mendes de Faria Filho pondera sobre a necessidade de se dar atenção às consequências sociais, culturais e políticas da escolarização. Nesse sentido, é preciso considerar os processos de escolarização como resultados das experiências dos sujeitos e dos sentidos construídos, compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola. A exemplo de outros intelectuais de sua geração — como Manoel Bomfim (1905), Alberto Torres (1914) e José Veríssimo (1906) —, dos quais foi leitor, José Eutrópio defendeu um pensamento educacional pautado na difusão da escola primária pública a todas as crianças, independentemente de condições raciais e de classe, além da reorientação das finalidades políticas dessa instituição social. Tal convicção aparece no artigo “A desidealização da alma infantil”:

A escola não deve ser uma fábrica de produzir homúnculos que se diferem dos adultos apenas pela sua idade e tamanho, ignorantes quanto ao útil e versados — por demais — no mau. A alma frágil da criança para se transformar na alma poderosa do homem, necessita passar por transformações sucessivas, devendo, em cada uma delas, ser convenientemente tratada. Quem na meninice se apropriar [da] filosofia [do preconceito de cor] será, aos vinte anos, velhote perverso, sem caráter e sem vontade de viver, apto para todos os crimes, profundamente infeliz e nocivo à dignidade humana. Essa desidealização da alma infantil quebra cuidadosamente, todas as crenças que outrora faziam a felicidade das crianças, pervertem-lhes os sentimentos com a pessimista lenda do ódio de cor que, os perturbadores da boa medida da humanidade, consideram a verdade (Eutrópio, 1924, p. 2).

Neste trecho, José Eutrópio analisou essa forma de racismo não apenas como um modo de convivência, mas também como uma doutrina ou convicção no campo das ideias, o que, todavia, não significava que o preconceito de cor estivesse ausente das ações e práticas cotidianas vivenciadas nas escolas. De fato, no mesmo período em que a crônica sobre o preconceito de cor nas escolas primárias mineiras foi publicada, José Eutrópio também se dedicava ao exercício analítico de estudo do léxico do vocábulo “racismo”.

Para os fins deste artigo, vale destacar que, conforme observou Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2024, p. 47), o conceito de racismo, forjado nesse contexto, “serviria para tratar de comportamentos, atitudes e instituições sociais em que a ideia de raça estivesse presente”. A escola primária, especialmente a pública, foi um desses espaços informados pelas ideias de raça e que, ao mesmo tempo, produziram concepções raciais na primeira metade do século XX. Essa constatação é evidenciada pelas pesquisas de Cynthia Greive Veiga sobre a presença de crianças negras na história da escola pública brasileira nas primeiras décadas republicanas. Segundo sua interpretação, nesse momento “é possível identificar grande tensão racial no cotidiano das salas de aula, com permanência e aprofundamento do preconceito racial expresso nos conflitos entre pais e professores, inspetores e professores, professores e alunos, e entre os próprios alunos” (Veiga, 2016, p. 294). Mais, ainda:

Em que pese a não existência do impedimento legal de inclusão das crianças pobres, negras e mestiças nas escolas, os mecanismos internos e cotidianos de exclusão há muito estiveram presentes na história da educação brasileira. Esta experiência foi ampliada no contexto da elaboração dos testes escolares e instituição da escola seriada (grupos escolares) como práticas científicas de organização escolar. Para a escola pública deixar de ser indigente e viesse a se tornar referência de educação escolar, foi necessário que também a sua clientela fosse outra — crianças de famílias de ‘boa procedência’ (Veiga, 2016, p. 300).

José Eutrópio vivenciou cotidianamente esse cenário marcado pelo rearranjo das hierarquias raciais do século XIX, adaptadas com base nas teorias científicas de raça surgidas ao longo do século XX, que se espalharam pelas relações sociais e pelo imaginário coletivo, inclusive na escola primária. Em “A desidealização da alma infantil”, ele afirmou:

É necessário que haja uma política educativa da nossa comunhão social. É indispensável o desenvolvimento em nosso povo e em nossas elites de um espírito de compreensão das nossas responsabilidades e necessidades sociais. Para que exista em todas as esferas o sentimento de união, será necessário extirpar toda e qualquer forma de preconceito. O farol da civilização moderna, que é a nossa escola primária, tem o dever de combater a influência funesta do preconceito no intelecto da criança, desarraigando sentimentos e trocando mentalidades corrompidas (Eutrópio, 1924, p. 2).

Em sua interpretação, o preconceito de cor retirava, de forma contínua, assim como a Hidra de Lerna, a condição de humanidade da pessoa negra, especialmente das crianças. Sua leitura sugere que essa forma de racismo pode ter sido um dos ingredientes que fomentaram a exclusão de crianças negras da escola primária. Nesse sentido, é importante destacar o esforço de José Eutrópio, em sua análise social sobre o preconceito de cor na (e por meio da) escola, para deslocar o debate sobre cor, raça e preconceito do âmbito das experiências particulares para a esfera pública. Ou seja, essas formas de racismo não deveriam ser encaradas apenas como convicções individuais, mas como um problema social mais amplo. Para José Eutrópio, a escola primária — enquanto instituição social — deveria ser responsável não apenas por formar boas consciências e hábitos na infância, mas, principalmente, por evitar o desenvolvimento da face negativa desse tipo de comportamento social:

Como educadores que somos do caráter da infância, o que devemos fazer é empenhar nessa peleja patriótica toda a nossa inteligência e todo o nosso trabalho. Devemos combater esse criminoso empecilho ao progresso e à felicidade de muitos milhões de brasileiros, que é o falso, cruel e, sobretudo, injusto preconceito de cor. A nós, os responsáveis pela instrução pública, corre o dever de envidar os melhores esforços em prol dessa causa sagrada ao progresso do Brasil (Eutrópio, 1924, p. 2).

Cabia aos “educadores do caráter da infância”, nas palavras de José Eutrópio, trabalhar para que as escolas se tornassem espaços de produção de formas de igualdade de tratamento e de oportunidades. Para tanto, defendeu que cabia ao Estado, por meio da escola pública e dos seus processos de escolarização, promover políticas sociais que incentivassem a igualdade racial, entendida como uma forma de solidariedade social entre as raças, uma espécie de fundamento político para a ideia de inclusão racial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: NO “ESPELHO DA CONSCIÊNCIA”

As ideias presentes em “A desidealização da alma infantil” manifestam a influência das correntes filosóficas do pensamento negro sobre raça com as quais José Eutrópio dialogava. Esse influxo pode ser identificado na ausência de referências que associavam raça, condição racial e preconceito de cor ao universo do determinismo biológico, tão presente no debate intelectual da época. Em sentido oposto, para José Eutrópio, raça e racismo constituíam questões relacionadas ao comportamento humano e às relações sociais, ou seja, faziam parte da formação histórica dos grupos sociais. O diálogo com o pensamento de intelectuais para os quais o debate político sobre raça e racismo não se pautava em determinismos biológicos, mas sim em arranjos histórico-sociais, conforme já assinalei, foi decisivo para a constituição dessa concepção de sociedade e para a formação do pensamento educacional de José Eutrópio. Na condição de *hub* em redes transnacionais de circulação de ideias de inclusão racial, ele interpretou, reelaborou e difundiu um pensamento original sobre a construção social da ideia de raça no início do século XX.

Ao finalizar seu texto autobiográfico, com o qual iniciei este artigo, José Eutrópio, em meio a uma narrativa melancólica e saudosa, mas também reflexiva, colocou-se diante do seu “espelho da consciência”. Acredito que tal exercício de introspecção não se tratou de um simples ato de reflexo ou expressão. Era seu espelho e o retrato de suas escolhas, sonhos, expectativas, frustrações e medos. É impossível afirmar com certeza, mas creio que, defronte ao seu “espelho da consciência”, José Eutrópio pode ter considerado ter lutado o bom combate, ainda que sem as armas com as quais gostaria:

Fui apenas um lutador, esboço de polemista, um homem que sonhou com a felicidade humana e coisas superiores à realidade dos momentos atormentados. Ensinar e educar a juventude foi o meu ideal e vocação. Servi-me da imprensa para escrever e educar e, Oxalá permita, tenha conseguido doutrinar no propósito de colaborar e de ser bom à pátria. Mantive-me nesse ideal na longa estrada dos caminhos incertos da vida. Foi assim... Não há pressa... a vida corre e se vai (O bom mestre, 1929, p. 1).

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. *Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2017.

ALBERTO, Paulina. *Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Campinas: Editora UNICAMP, 2017.

ALMEIDA, Cíntia Borges de; SILVA, Marcelo Gomes da. Circulação de debates e práticas educativas no jornal “Correio de Minas” (1894-1914). *Educação: Teoria e Prática*, [S. l.], v. 24, n. 47, p. 23-41, 2014.

ANDRADE, Suelayne Oliveira. “Capitolino, um artista typographo e seu morrer”: o jornal *Folha de Sergipe* e os anúncios necrológicos (1886-1895). 2017. 101f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2017.

ANJOS, Juarez dos. Os necrológicos e a educação da criança pela família na província do Paraná (1853-1889). *Pro-Posições*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 81-102, 2017.

BOMFIM, Manoel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1905.

EUTRÓPIO, José. A desidealização da alma infantil. *Correio de Minas*, Juiz de Fora, p. 2, 30 out. 1924.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thaís Nívea de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *História e historiografia da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-97.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1913.

FRANCISCO, Flávio Ribeiro. *O novo negro na diáspora: modernidade afro-americana e as representações sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2016.

GATO, Matheus. Intelectuais negros. In: RIOS, Flávia; SANTOS, Márcio André; RATTIS, Alex (Org.). *Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 187-193.

GOMES, Angela Castro; HANSEN, Patrícia. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela Castro; HANSEN, Patrícia (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-37.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raças e racismos, junções e disjunções. *Tempo Social*, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 37-59, 2024.

No “espelho da consciência”, o reflexo do “combate apaixonado pela causa da civilização”:
pensamento educacional sobre raça no início do século XX

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34, 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

KAPPEL, Marília. *O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)*. 2010. 104f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, 2010.

LEONZO, Nanci. O culto aos mortos no século XIX: os necrológicos. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 76-84.

NASCIMENTO, Carlos Alexandre. *Representado o “novo” negro norte-americano: W. E. B. Du Bois e a revista The Crisis, 1910-1920*. 2015. 233f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

NÓBREGA, Dormevilly. *José Eutrópio: subsídios para uma biografia*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

NÓBREGA, Dormevilly. *Prosadores: coletânea volume I: Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA, 1982.

O BOM mestre. Não há pressa... *Correio de Minas*, Juiz de Fora, p. 1, 4 mar. 1929.

OLIVEIRA, Inimá de. José Eutrópio. *Muriahé-Jornal*, Muriaé, p. 2, 25 jun. 1939.

OLIVEIRA, Paulino de. A imprensa em Juiz de Fora antes de 1930. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 20-29, 1966.

RIBEIRO, Jonas. “Educadores da raça”: metáfora política da circulação transnacional de ideias de inclusão racial no início do século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 42, p. e98423, 2026.

RIBEIRO, Jonas. Escritas da História escolar: pensamento educacional e saberes históricos no início do século XX. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 1-23, 2025.

SAMPAIO, Gabriela; LIMA, Ivana; BALABAN, Marcelo (Org.). *Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2019.

SANTOS, Ynaê. *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia, 2022.

SECRETARIA do Interior. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 5, mar. 1918.

SECRETARIA do Interior. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 1, ago. 1915.

SILVA, José Tadeu Júlio da. *José Eutrópio: com todas as letras*. 2018. 197f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 231-270.

TOLEDO, Maria Rita; VIDAL, Diana. Plantar, traduzir, minerar: Anísio Teixeira (1935-1947). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, p. e51238, 2024.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2024.

VEIGA, Cynthia Greive. “Promiscuidade de cores e classes”: tensões decorrentes da presença de crianças negras na história da escola pública brasileira. In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016. p. 271-302.

VERA, Eugenia Roldán; FUCHS, Eckhardt. O transnacional na História da Educação. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 47, p. e470100301trad, 2021.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, Juçara Luzia; ALVES, Cláudia (Org.). *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

WITTER, José. Os anúncios fúnebres (1920-1940). In: MARTINS, José de Souza (Org.). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 85-89.

*No “espelho da consciência”, o reflexo do “combate apaixonado pela causa da civilização”:
pensamento educacional sobre raça no início do século XX*

Sobre o autor:

Jonatas Roque Ribeiro: Doutorado e mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realiza estágio de pós-doutoramento na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Estuda temas relacionados à história da produção social do racismo na educação escolarizada nas emancipações e no pós-abolição no Brasil. integrante da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros, do GT Emancipações e Pós-Abolição (Gtep/ANPUH) e do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (Nieph /USP). **E-mail:** jrribeiro@usp.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-5074-4401>

Recebido em: 30/07/2025

Aprovado em: 09/03/2026

